

Título: Processos imaginários de vivência das diferenças diante e através da televisão¹

Autor Responsável: Nara Maria Emanuelli Magalhães, Doutor (a) (UFRGS)
magalhaes.nara@gmail.com , Porto Alegre-RS, Brasil

Co-autor: Sergio Caggiano, Doutor(a) (UBA;IDES; CONICET)

sergio.caggiano@gmail.com, Buenos Aires, Argentina

Resumo

Considerando que a mídia opera como uma “caixa de ressonância” das múltiplas formas de construção da diferença e da desigualdade social, as quais estão na base dos processos de recepção e produção das mensagens, propõe-se uma reflexão sobre algumas dessas formas. Com base numa pesquisa realizada sobre a interpretação de produtos televisivos em contextos específicos e sobre o significado social da televisão em geral, busca-se refletir sobre algumas maneiras de legitimar ou deslegitimar modos de conceber o pertencimento e a exclusão, ou de imaginar e viver as clivagens e as categorias sociais. Tendo como ponto de partida a referida pesquisa, a exposição aborda a maneira como a televisão é vista por segmentos de públicos de camadas médias, numa abordagem que se pergunta sobre a inserção dos meios no processo social contemporâneo, apontando para questões novas com o advento da televisão digital. Tratando de algumas significações de mensagens midiáticas sobre diferenças, busca-se demonstrar como estas são apropriadas por agentes sociais diversos, procurando demonstrar que os processos de construção das clivagens e pertencimentos não é exclusivamente midiático, ainda que a “mediatização do social” assim o faça parecer.

Palavras-chave: televisão; diversidade; recepção.

Para começar:

O etnógrafo, nos diz Geertz (1999), tem sido o connoisseur por excelência de outras maneiras de pensar, “dramatizando a estranheza, exaltando a diversidade, e respirando a profusão de pontos de vista” (pág. 29). No entanto, no contexto atual de diversidade, isto não basta. Hoje somos obrigados a pensar sobre a diversidade de um modo bem diferente ao que estamos acostumados. Cada vez mais estamos vivendo no meio de uma enorme “colagem”.

“Não é apenas no noticiário da noite, onde assassinatos na Índia, bombardeiros no Líbano, golpes na África e tiroteios na América Central são distribuídos entre desastres locais...” (pág. 31), afirma ele, que podemos perceber as colagens, mas elas estão em toda parte: na linguagem, na cozinha, na música, nas mudanças do mundo rural e urbano, etc. Para entender este mundo, segundo ele, “Precisamos aprender a apreender o que não podemos abraçar” (pág. 33). Ou seja, rever o que pensamos até aqui sobre etnocentrismo e relativismo, e sobre qual a vocação da antropologia num contexto novo de conflitos “internos” às sociedades, próprio do contexto de diversidade em que estamos mergulhados.

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

Como um exemplo dessa diversidade que bate à nossa porta diariamente, vale a pena nos debruçarmos sobre um episódio abordado pelo Jornal Nacional, da Rede Globo, em julho do ano 2000. O noticiário noturno da emissora apresentava o relato nada isento de uma espécie de confronto acontecido entre brancos e índios. Algo que os apresentadores (que são também editores) do Jornal nacional chamaram de “seqüestro de pescadores” - e que poderíamos chamar de um “protesto político” dos indígenas sobre a invasão de alguns brancos em suas terras, que o governo brasileiro promete indefinidamente demarcar como território indígena. Os indígenas prenderam um grupo de brancos que havia invadido suas terras para pescar e, diante das câmeras da televisão, posaram ameaçadoramente com espingardas, para o mundo todo “ver” suas intenções, que supostamente seria de matar aqueles homens, caso o governo brasileiro não cumprisse sua promessa de demarcação da área indígena.

Nesse episódio, pudemos ver o papel ativo dos indígenas na defesa de seus direitos e a familiaridade com que lidaram com os códigos antes considerados exclusivos dos “brancos”²: uso da televisão como forma de garantir visibilidade para o problema, o uso de uma linguagem de violência, tal como é conhecida no meio urbano -“seqüestro”-; luta política pela demarcação de um território. A televisão referiu-se ao grupo indígena o tempo todo como “vilão”. Ao contrário de outras abordagens, em que o tomam como “vítima” ou como um “ser infantil”, “manipulado”, desta vez os indígenas foram apresentados como “perversos seqüestradores”, que prenderam “inocentes pescadores” - que eram proprietários de terras e alguns turistas pretendendo divertir-se pescando - indivíduos que não respeitaram os direitos indígenas (sequer sabiam que eles tinham direitos) e que, a partir de um passeio inconseqüente, descobriram-se no meio de um conflito político.

Não só os indígenas mostraram aquela familiaridade com os códigos culturais do branco, em defesa da preservação de sua própria cultura, como a televisão mostrou que coerência não é (nem nunca será) o seu forte: nos dias seguintes, apresentou novamente notícias de violência em Brasília, onde um jovem foi morto por um grupo de lutadores, à saída de uma boate. Lembrando que a cidade tem sido palco de atos violentos cometidos por jovens de classe média, repassou *flashes* da morte do índio Galdino, barbaramente assassinado naquela cidade há alguns anos. Neste caso, o índio aparece como vítima da cultura ocidental violenta. Naquele caso, os indígenas eram os seqüestradores violentos e os homens brancos presos (pobres pescadores) e suas famílias eram as vítimas.

Interessante observar o espetáculo da violência, e a elevação da condição anônima de “familiares das vítimas” ao estrelato momentâneo: crianças balbuciantes chorando em frente

² Sobre a familiaridade dos índios com os códigos dos brancos e sobre os usos de uma linguagem de semelhança (dos índios em relação aos brancos) para marcar diferenças, ver cap. 2 do livro *Jogo de Espelhos*, de Sylvia Caiuby Novaes (1993).

às câmeras e pedindo para seus pais voltarem com vida para casa foram cenas exaustivamente repassadas. Era como se todos “soubessem o texto” previamente, e no espetáculo televisivo montado, todos saíssem ganhando: ninguém ficou ferido, todos ficaram conhecidos do público (inclusive as crianças), a luta indígena ganhou destaque e a audiência foi alta.

Não pretendemos aqui esgotar uma análise sobre um fenômeno tão complexo, mas o episódio pode ser considerado um exemplo bastante ilustrativo do debate aqui proposto e indica alguns novos caminhos que uma análise sobre a televisão pode tomar nos dias de hoje: não só considerar o receptor da mensagem como sujeito, mas considerar a possibilidade desse sujeito *disputar* a construção do texto televisivo³, um código que ele pode ter dominado há muito tempo, apesar de muitos ainda não o saberem.

Outra questão para refletir é que, mesmo com a crítica realizada pelos autores que cunharam a expressão *cultura do espetáculo* (Subirats, 1989), e aqueles estudiosos que utilizaram esse referencial teórico na análise da televisão, a crítica feita à sociedade contemporânea pode conviver com aquela que desconsidera o receptor como sujeito e também supõe imposição de um código cultural à população. Em outras palavras, se utilizamos a perspectiva crítica da *cultura do espetáculo*, ela não é suficiente para percebermos pressupostos presentes em alguns debates sobre televisão no Brasil, como aqueles que relacionam o poder da TV com a *falta de cultura* nacional.

Analisando um pequeno episódio que envolveu conflitos entre índios e brancos, mostrado sob certo ângulo na televisão brasileira, e percebendo como todos foram ativos na relação com as instituições ocidentais e com um suposto imaginário que atribui enorme importância à televisão, podemos perceber que valeria a pena construir novas perspectivas de pesquisa que contemplassem de outro modo a construção da mensagem. Se trabalhássemos procurando na construção da mensagem não aquilo que o seu produtor planejou, mas o que as pessoas que não são profissionais da comunicação estão fazendo dentro dessas mensagens, poderíamos, talvez, ver riquezas de estratégias construídas, seja para *aparecer na* televisão, seja para se comunicar com parentes, amigos, namorados *através* da televisão, enfim para se relacionar socialmente. Aproveitando pequenas enquetes, entrevistas, jogos de futebol, programas de auditório e outros, as pessoas se apropriam da linguagem televisiva, transformam-se também em imagens, que serão reinterpretadas de vários modos, e transformam o modo de se comunicar. Creio que este enfoque já está de certo modo contemplado na análise proposta por Martín-Barbero: para entender o processo de comunicação, ele propõe analisar não só a recepção, mas a produção, a emissão e o as mediações que estão presentes tanto em um pólo como no outro. Mas creio que a *agência* das

³ Sem precisar de um professor letrado para isso, afinal a sociedade indígena é ágrafa.

peças para que a construção de imagens e textos televisivos se dê numa direção diferente da planejada pelos produtores, não tem sido suficientemente destacada. Com a crítica ao centramento feito no emissor por anos e (décadas) de pesquisa, parece que as iniciativas neste campo ainda são tímidas.

Seria interessante uma proposição de estudar pontos de vista específicos de indivíduos pertencentes a comunidades tradicionais (grupos indígenas, quilombolas, pescadores, etc.)⁴ que vivem no espaço urbano, buscando compreender sua relação cotidiana com os meios de comunicação de massa, em especial com a televisão.

Conhecer suas práticas cotidianas e o modo como analisam os bens produzidos pela televisão, acionando e/ou repensando valores de sua cosmologia, poderia trazer novos ingredientes para discutir o tema da diversidade cultural face à suposta homogeneização promovida pelos meios de comunicação de massa, testando hipóteses relacionadas com este debate. A perspectiva de análise poderia se dar comparativamente, buscando destacar por um lado as abordagens da mídia televisiva a respeito dessas comunidades tradicionais, os traços identitários ali expressos, e logo depois cotejá-los com o ponto de vista dos próprios sujeitos representados.

Quando Geertz (1999) no texto já referido “Os usos da diversidade” afirma que “...questões morais advindas da diversidade cultural que costumavam surgir entre sociedades, agora surgem cada vez mais dentro delas...” (pág. 25), não está se referindo diretamente às questões da mídia, mas certamente inspira-nos a pensar no papel que esta tem na expressão de valores morais conflitantes.

As normas e prescrições que a sociedade e a cultura ditam sobre comportamentos; as representações que as pessoas de diferentes grupos constroem sobre si mesmas, sobre as relações com os outros e as demandas sociais a que estão sujeitas num contexto de cruzamento de valores, podem ser com maior facilidade acessadas pelo pesquisador, se estiver atento às novas formas de interação social com a mídia que os sujeitos estabelecem na sociedade contemporânea.

A importância deste enfoque está na sua contribuição em ampliar nosso imaginário sobre estas comunidades e seu protagonismo social, de modo complementar aos estudos em andamento e já realizados com as mesmas, apontando novas perspectivas que também contribuam para o traçado de políticas de ações afirmativas que ampliem as formas e expressões da inclusão social.

⁴ Utilizo aqui a expressão “comunidades tradicionais” no mesmo sentido daquele que é utilizado por pesquisadores que realizam laudos periciais antropológicos, e outros pesquisadores que refletem sobre identificação étnica e territórios tradicionais, atentando para o significado do pertencimento identitário, mas também para os conflitos políticos internos e externos que concorrem para as definições de pertencimento. Ver, por exemplo, Barcellos (2004); Leite (2005).

Cultura e cultura do espetáculo:

Ainda que seja uma coisa muitas vezes dita, o caso apresentado leva-nos a novamente chamar a atenção contra a conversão do conceito de cultura num fetiche, e adverte contra a tendência de muitos pesquisadores (assim como de muitos agentes ligados à produção mediática) de convertê-lo num fenômeno, num objeto, algo que uma sociedade ou um grupo “tem”. É preciso retomar a crítica do conceito substancial de cultura, que a entende como “conjunto de símbolos” duma comunidade, ou “acervo de valores e costumes”, etc. Recuperar essas críticas (com Appadurai, 2001; Ortner, 1999; Rosaldo, 1987) nos conduz a abandonar a noção de cultura como um conjunto de objetos associados intrinsecamente a um grupo social - considerado ele mesmo uma unidade discreta, homogênea, fixa e imutável. Passamos então a entendê-la como um *modo de fazer*, como uma forma de estruturar valores, desejos e práticas, ações e repertórios para a ação, uma forma de se inter-relacionar e, fundamentalmente, uma forma de conceber as clivagens sociais e de imaginar as categorias de identidade.

Desta perspectiva, poderiam se reconhecer “fronteiras culturais” em casos nos quais houvesse diferentes regimes de articulação de significados, diferentes modos de fazer e de estruturar tais significados. Ao mesmo tempo, visto deste modo, este conceito nos permite advertir que um mesmo espaço cultural certamente vai estar atravessado por múltiplas diferenças; e mais, a partir desta perspectiva, a cultura é considerada como contendo sempre estas diferenças (Caggiano, 2005). Uma sociedade vai ter quem considere que pertence a um estrato ou grupo social e quem considere que pertence a outro, mas os dois reconhecendo a existência (o modo de definir essa existência) dos outros e o de seu respectivo estrato ou grupo. Ou ainda, uns defenderão certos valores e outros farão o mesmo com valores distintos (e até contrários), mas os dois reconhecerão (mesmo que para enfrentá-los) os valores alheios. Isto é, partilham um campo de interlocução (Segato, 1997; Grimson, 2000).

Esta idéia parece-nos importante para trabalhar a mencionada noção de cultura do espetáculo. Poderia ser um equívoco considerá-la como um conjunto de objetos e saberes que um setor social tem e distribui ou impõe aos outros setores sociais. Pode ser mais produtivo entender a cultura do espetáculo como alguns modos de fazer (de perceber, de imaginar, de intervir publicamente) compartilhados tanto pelos “produtores” como pelos “consumidores” dos meios e, particularmente, da televisão. Nesse sentido, os indígenas “sequestradores” conhecem e utilizam elementos fundamentais desta cultura do espetáculo, e é por isso que eles podem intervir “com êxito”, fazendo funcionar alguns de tais elementos. Aliás, esta linha de interpretação nos conduz a insistir na idéia segundo a qual as “comunidades tradicionais” não são de forma nenhuma entidades “fechadas”.

Por outro lado, com esta noção não descuidamos do fato da lógica do espetáculo ter condições históricas concretas de surgimento e encontrar na televisão um âmbito apropriado para se desdobrar. No entanto, a questão seria compreender que, ainda que a forma atual da lógica do espetáculo tenha tudo a ver com as sociedades industriais avançadas e com as suas transformações das últimas décadas, há elementos das culturas “populares” e “tradicionais” que desde o começo fizeram parte do processo da sua gestação.

Ver TV é sempre uma prática coletiva

Em um contexto específico de estudo sobre o significado da televisão, realizando pesquisas com pessoas de camadas médias em uma cidade do interior do estado do RS, Magalhães (2004) encontra um contexto de críticas veementes a toda programação. Nós poderíamos provavelmente concordar com a maioria das críticas feitas pelas pessoas que interagiram nessa pesquisa à qualidade da programação televisiva (apesar de discordar provavelmente de suas suposições a respeito dos grupos populares não terem condições de compreender sua enganação diária). Mas neste e em outros contextos além da pesquisa, provavelmente não entenderíamos o porquê da crítica à televisão estar sempre presente nas conversas cotidianas. Se ela não era considerada importante, se era tão vulgar e estava num campo distante da cultura, porque se falava tanto em TV, ao criticá-la?

Magalhães observou que muitas vezes nos encontros sociais e interações em jantares e festas, especialmente aqueles em que os laços não são muito íntimos, o assunto predominante referia-se à televisão: comentava-se sobre alguns personagens da novela que estavam agindo de modo polêmico, ou os noticiários que estavam sendo considerados parciais e incorretos na cobertura de algum tema, ou ainda algum assunto tabu que estava sendo abordado de modo aberto e causando impacto. Na crítica à mensagem da televisão, as pessoas se posicionavam apaixonadamente, expunham pontos de vista, criavam alianças com outras pessoas que tinham interpretação semelhante à sua ou confrontavam idéias sem precisar brigar, pois estavam falando dos comunicadores, dos donos da emissora, ou contra ou a favor de algum governo.

Então, esta crítica geral à televisão em ocasiões mais ou menos públicas, estava servindo para alimentar laços de sociabilidade. Era um discurso (ou um idioma) que permitia às pessoas sondarem-se mutuamente quanto aos valores, permitia se conhecerem um pouco mais, sem precisarem se expor profundamente. Estavam falando de “outros” - personagens de novela, apresentadores de programas, donos de emissoras, ou receptores populares - que não estavam presentes, mas sobre os quais se supunha conhecer posições. Estava sendo construído e exposto um repertório compartilhado, que permitia estreitar laços.

A partir dessas observações percebe-se que a televisão pode servir como metáfora para falar da própria vida e dos próprios dilemas sem necessidade de explicitá-los. Pode-se conversar sobre um assunto pessoal - desde relações familiares, educação dos filhos, ou traições de homens e mulheres - até propostas de mudança social, política, corrupção, religião, etc., sem precisar falar de si ou de alguém conhecido, mas falando de personagens da ficção que todos conhecem. Magalhães (2004) considera que este é um dos sentidos pelos quais se pode abordar um assunto como algo distante da própria vida e *criado* pela televisão.

Outra percepção na referida pesquisa é a respeito da televisão ser avaliada coletivamente⁵. Mesmo que as várias situações de interação na pesquisa tenham sido construídas a partir de uma combinação prévia com *uma pessoa*, no contexto de análise da recepção ficou claro que ver TV nunca é uma prática totalmente individual. Ainda que um programa televisivo tenha sido visto individualmente, em algum momento ele será avaliado no coletivo. Existe uma rede de comunicação informal sobre os meios de comunicação. Faz parte das conversas cotidianas a crítica ao que se considerou surpreendente, polêmico, negativo, equivocado, etc., na televisão. E as pessoas com quem se vê e com quem se comenta o que se viu na TV formam uma trama social de avaliação coletiva. “A gente estava comentando aí outro dia...” é uma afirmação genérica que pode designar o grupo familiar mais próximo – a mulher, o marido, os filhos – mas pode se referir também ao grupo de trabalho, de amigos, de vizinhos, enfim uma rede de sociabilidade, alimentada pelos comentários sobre o que se viu na TV, e que pode demarcar territórios, compartilhados ou não.

“Esses dias eu falando com um comerciante aqui perto, e ele elogiando o Ratinho e dizendo: ‘se ele se candidatar, voto nele’”, nos conta Ulisses, alarmado. A conversa com o comerciante era sobre televisão e política, e este se posicionava a favor de alguém que, na sua ótica, “faz” algo, “ajuda”; enquanto nosso interlocutor demonstra sua desconfiança em Ratinho. Mesmo admitindo ver o programa - “Eu vi alguns”-, e também conhecer algum tipo de “ajuda” por ele patrocinado, o que Ulisses está expressando no momento da pesquisa é sua preocupação com a forma de votar, segundo ele muito definida pela televisão⁶, ou pelo fato de alguém se tornar visível através dela.

⁵ O aspecto coletivo também é abordado por Leal, mas no caso de seu estudo, ela aborda o momento de ver a novela. Naquele contexto, tanto o ver TV quanto participar das entrevistas aparecia como uma prática que reunia familiares, amigos, vizinhos entre os *grupos populares*, revelando esta dinâmica coletiva em relação à novela, como característica desses grupos, pois os grupos intelectualizados eram mais lacônicos e objetivos (Leal, 1986, p. 61-63).

⁶ Em sua pesquisa com grupos populares, Magalhães (1998) destaca que a televisão apareceu como um entre outros campos de negociação de significados sobre a política e sobre quem merece o voto; o horário político como um momento em que se deixa a televisão sem volume, esperando a novela; e também foi perceptível a falta de confiança na Rede Globo.

De qualquer modo, note-se que não é no momento de ver televisão que ele constrói a análise sobre essa preocupação social, é na relação de sociabilidade que a avaliação é lapidada: conversando com as pessoas na vizinhança, sondando o que pensam do que se viu na TV (característica que parece compartilhada com os grupos populares: buscar outras pistas, além do que se viu na TV, para tomar posição).

Já em outras situações, no papel de consumidores, o protesto quanto à “invasão” da televisão no momento de fazer compras pode revelar a inconformidade com o tipo de produtos disponíveis. Os vendedores citam nomes de personagens de novelas, para falar em peças do vestuário feminino e masculino, ou bijuterias. E as pessoas pesquisadas, que viveram essas situações, as relatam e questionam: “Que importa se é de fulano ou beltrano, personagem da novela?”.

A inconformidade está relacionada à imposição de uma estética massiva, que não permite a escolha. Além disso, o(a) vendedor(a) da loja, ao citar o nome de um personagem de novela como se fosse alguém conhecido, uma pessoa que faz parte das relações cotidianas, entra num terreno incompatível com o *estilo de ver TV* de pessoas de camadas médias, que preferem dizer que a vêem de passagem, ou que não a vêem muito (Cf. Magalhães, 2004).

Os lojistas, não querendo correr risco quanto a possíveis baixas nas vendas, usam a TV como uma vitrine garantida para seus produtos. Mesmo os proprietários de estabelecimentos voltados para segmentos de público com maior poder aquisitivo, preferem comprar algo que, supõem, vai vender por estar na novela, do que arriscar um produto diferente⁷. Os clientes-alvo de seus produtos preferem não saber que um produto “x” está sendo utilizado por um personagem do folhetim eletrônico. Não é a prática de comprar um produto que está sendo questionada, mas é a falta de escolha que incomoda, e talvez expresse um desejo de distinção⁸, que não está sendo respeitado por esta lógica.

Na escola, a televisão aparece como um grande problema social. Uma das professoras que participou da referida pesquisa afirmou usar um “discurso” para cativar os alunos, relacionando o sucesso dos atores e atrizes com sua postura diante dos estudos. Afirma Atena: “Se ficam diante da TV o dia inteiro, deixam de estudar, de adquirir conhecimento, ficam assistindo os outros. Quem é que está na TV? São pessoas que estudaram, se esforçaram!”. Com esse discurso, ela acredita estar obtendo alguns resultados positivos e aos poucos ir cativando os alunos.

⁷ Numa enquete feita entre os lojistas do centro da cidade sobre os produtos que oferecem, verificou-se que esta prática de priorizar os produtos que vão estar na TV, no momento das compras do estoque das lojas, é uma constante (Cf. Magalhães, 2004).

⁸ A busca de construção de distinções foi estudada por Bourdieu (1974), porém é preciso considerar as especificidades do contexto francês a que ele se refere. Ver discussão realizada em Magalhães (2004).

A abordagem do tema mereceria uma pesquisa à parte, tal a profundidade dos dilemas da juventude, a justa preocupação dos pais e professores, e educadores em geral, diante da complexidade do mundo da televisão, sobre o que é apropriado ver ou não na telinha. A escola tem debatido intensamente o assunto, e tem percebido que não há soluções fáceis diante de um contexto de democratização do acesso às novas tecnologias. O problema é mais amplo e profundo e requer uma guinada de perspectiva, não só em relação à televisão, mas em relação às novas formas de cognição que, cada vez mais, exigem métodos de ensino-aprendizagem não lineares⁹.

Trata-se de um debate (e de práticas) envolvendo outras formas de cognição além das tradicionais, e questionando os saberes estabelecidos e suas formas de transmissão. Aliás, é a própria idéia de transmissão de conhecimento que está em cheque. Se o professor é um facilitador da aprendizagem construída pelo aluno, se ele é um sujeito trabalhando em parceria com outros sujeitos, ou se ele é o detentor de um saber único a ser transmitido aos alunos, é só uma parte do grande debate que tem nos preocupado no vasto campo da educação.

Por outro lado, também nas produções antropológicas este debate se faz intenso. Essa questão é discutida por Jay Ruby (1995), em *The viewer Viewed: the reception of ethnographic films*. A autora encontrou reinterpretções de filmes etnográficos feitas por estudantes em escolas, numa direção inesperada. Mesmo com um conteúdo “antropologicamente correto”, os filmes foram reapropriados para a construção de estereótipos. Mais uma razão para pensarmos que a melhor possibilidade de educação não está próxima da idéia de controle, e sim da formação de valores sólidos, que priorizem o convívio com as diferenças e o respeito à vida humana.

A televisão é alvo de comentários públicos também sobre outras questões, como movimentos sociais e greves. Na época da realização da pesquisa, estava acontecendo uma grande greve de caminhoneiros, noticiada pela televisão há dias. As comparações entre a organização deste movimento e outros foi realizada por alguns dos pesquisados, tanto pela força e organização do movimento, como pela cobertura dada ao fato. A professora Atena, encontrando um caminhoneiro grevista na rua - “Um que era motorista na Secretaria de Educação e agora é caminhoneiro” - busca conversar e saber dele, como testemunha viva, o porquê do movimento ter uma adesão tão grande, parecer tão organizado, etc., para comparar seu depoimento com a reportagem da TV. Na conversa descobre que a greve parece tão

⁹ Este debate está presente, por exemplo, em “Televisão, criança imaginário e educação”, onde os autores se perguntam se as programações infantis impedem a fantasia infantil ou a estimulam. Ver Pacheco (1998). Também se faz intenso nas atuais políticas de controle da programação.

organizada e coesa, porque é feita um tanto “na marra”. Ele lhe diz “Eu estou indo ver meu caminhão que está detido. Não tem essa de não querer fazer greve, parar ou não parar”.

Com base na sua prática cotidiana como professora, provavelmente já tendo participado de alguma organização de greve, Atena busca informações não só da TV sobre uma mobilização que lhe parece bem sucedida. Relacionando o tema da televisão com o testemunho na relação face a face, de alguém já conhecido, é que ela vai construir suas reflexões e conclusões sobre a greve, mostrando que nem sempre a TV é tomada como expressão de uma “realidade”, ela vai precisar da confirmação vinda das relações sociais.

Em outro momento, quando Penélope estava assistindo um programa sobre trabalhos artesanais, pensou em ligar para uma amiga “que sempre assiste”, pois havia perdido o início. Falar com uma amiga sobre algo que se viu (ou se deixou de ver) na televisão, mostra também essa rede de sociabilidade. Neste caso, vimos na pesquisa que é algo aceito socialmente: quando se trata de buscar informação sobre um trabalho manual ou uma receita, é considerado valioso e não criticado.

Pai e filho adulto podem discordar e até discutir sobre algo que deu na TV. O filho – Jasão, que participou da pesquisa - criticava o que ele julgava ser uma “necessidade artificial” construída pela televisão: seu pai queria saber sobre a conclusão de uma notícia sobre violência, pois apesar da repetição exaustiva (que ele chamou de “bombardeio” diário) sobre o mesmo assunto, acabou perdendo o desfecho e ficou curioso para conhecê-lo, surpreso por não ver mais nenhum comentário sobre algo que era tão repetido num momento anterior. O filho não considerava legítimo esse interesse: e não se conformava com o assunto ter “entrado na vida dele, como se envolvesse um conhecido”.

Numa matéria do Jornal Nacional, apareceu o caso do assassinato de uma senhora, e Hécate comentou: “Coisa horrível! A minha filha falou que tinha visto isso no jornal do meio-dia”. Mesmo quando não assistimos televisão junto com os outros, as pessoas de nosso convívio social, mais ou menos próximas, podem nos informar sobre algo que viram e despertar o interesse, ou suscitar uma avaliação.

Sobre a novela que está passando na época, Helena afirma usar o tema das drogas, abordado na trama, para conversar com os filhos a respeito. Em outro momento, fala com o marido a respeito de uma notícia sobre falsificação de remédios. Os comentários se dão no sentido de avaliar, a partir da pauta televisiva, outras situações sociais, para as quais eles estendem a possibilidade de acontecer também algo parecido.

Mas as notícias com tom de denúncia em geral causam desconforto nos receptores: se algo tão hediondo está vindo à tona, imagine-se o que não está sendo dito. A desconfiança

geral, e a percepção difusa de uma espécie de “conspiração oculta”, parecem acompanhar esse tipo de notícia, fortalecendo uma visão de “sociedade degradada” ou anômica.

“A gente estava comentando aqui...”, é uma expressão que pode significar o pessoal da família, mas também amigos, vizinhos, colegas de trabalho. O comentário com as pessoas de convívio confirma desconfianças sobre questões ocultas, notícias incompletas; e a avaliação coletiva novamente se une à individual para compor uma diferente do que os meios de comunicação mostram¹⁰.

A partir de uma cena de novela, na qual um personagem viúvo tem problemas com os filhos que não aceitam sua namorada, Helena faz comparações com seu ambiente de trabalho: “Eu vejo o nosso colega (um empregado da empresa da família) que é viúvo, ele conta dos filhos... trabalhou muito, a gente nota que se culpa por não ter convivido muito com os filhos.” Neste caso, a novela invade as relações de trabalho, não só como um assunto a ser comentado, mas como forma de comprovar que a ficção tem correspondência na realidade, pois acontece com colegas, no seu ambiente de trabalho, algo que está acontecendo na trama ficcional.

As falas sobre o que se vê na TV se espalham sobre o cotidiano, para criticar ou concordar, com os mais ou menos próximos, mas de qualquer modo revelam não só a grande presença da televisão no dia a dia: também já esboçam algumas “imagens do outro” que vão sendo construídas. O outro com quem não se tem intimidade e se supõe, a partir de uma fala sobre TV, que vai agir de determinado modo: o comerciante que votaria no Ratinho, a balconista que pensa agradar ao falar em brincos da novela; o outro com quem se tem um contato um pouco mais próximo e que ora é comparado àquele que se vê na TV, ora ajuda a esclarecer o que se viu: o funcionário que vive um drama semelhante ao do personagem da novela, o caminhoneiro que esclarece porque uma greve está dando resultado; ou o “outro” da tela, que se humaniza quando comentado por alguém próximo: uma atriz de sucesso que é inesperadamente simples, um apresentador regional que é inesperadamente arredio. Imagens de si e do outro, que vão ficando mais nítidas à medida que avançamos na análise.

As várias relações sociais, estabelecidas com diferentes grupos de interações: comerciantes e vendedores, alunos e professores em uma escola, caminhoneiros grevistas, colegas de trabalhos, maridos e mulheres, pais e filhos, atores, atrizes, apresentadores e seus diferentes públicos é que fornecem a percepção de que a TV invade o cotidiano. É uma percepção que vem não só de assistir a sua programação, ou de ter vários aparelhos em casa,

¹⁰ Um outro momento crucial da abordagem televisiva, em que os receptores mostraram discordância de fundo com a abordagem oficial foi o *evento 11 de setembro*. Ainda que os meios de comunicação em geral, e a TV em especial tenham adotado uma linha pró-EUA, as pessoas não puderam evitar um sentimento de “bem feito para os EUA”, mesmo que não favoráveis de forma alguma ao terrorismo. Ver a respeito Magalhães (2001).

mas de todas essas relações face a face. Confirma algo que é negado pela crítica ou pelo estilo de ver TV dizendo que não a vê muito, ou só a vê de passagem: sua importância é construída na rede de relações sociais cotidiana.

TV digital: problemas novos?

A implantação da TV digital no Brasil começou oficialmente em 2 de dezembro de 2007, ocasião em que foi inaugurada a transmissão, a partir de São Paulo. A inauguração foi mais simbólica, pois possibilitou apenas a poucas pessoas que já têm sintonizador digital - o “conversor” - assistir a uma programação que incluía futebol, filmes, jornalismo, música e shows de auditório, pela nova tecnologia. A inauguração significou também que as emissoras de TV aberta de São Paulo começaram, a partir daquela data, a transmitir sua programação no sistema digital - paralelamente aos canais comuns, analógicos, que continuarão no ar até 2016. A solenidade que marcou a inauguração das transmissões no país contou com a presença do próprio Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, além de ministros, empresários e jornalistas. A cerimônia foi transmitida ao vivo por todas as emissoras de televisão. O evento, os personagens envolvidos e o cenário já evidenciam a grande importância atribuída ao assunto por aqui, e demonstram também que a reflexão sobre a construção dessa importância é um viés a ser considerado nas pesquisas sobre televisão.

Neste novo século, os estudos sobre as novas tecnologias deverão incluir necessariamente a TV digital, uma vez que, além desse destaque social que tem recebido, podemos prever mudanças com a ampliação da possibilidade de interatividade que as novas tecnologias possibilitarão. Se a interatividade do público aumentar significativamente, será possível continuar denominando-o receptor ou telespectador?

Em uma reflexão sobre a TV digital, é possível supor mudanças futuras de significado sobre o lugar da televisão na sociedade e cultura brasileiras? Isto é, podemos supor que o advento da televisão digital significará mudanças no modo de ver TV, sem a negação que em geral a acompanha? As mudanças tecnológicas, e as conseqüentes mudanças nos modos e lugares de ver TV – na rua, no carro, no ônibus, nos celulares – contribuirão para que o significado da televisão na sociedade mude? Com a possibilidade de maior interação do público, haverá mudanças no modo como os pesquisadores vêem a influência da televisão sobre a sociedade?

São questões que estão a exigir nossa reflexão, e sobre as quais é pertinente colocar a pergunta (não a resposta, a qual exigiria um trabalho que não podemos realizar aqui) pela *causalidade*, ou seja, pelas razões que motivam o desenvolvimento de uma tecnologia (e não

de outras). A pergunta, nos termos de Raymond Williams (1990) é como pensar a relação causa-efeito entre uma tecnologia e uma sociedade, uma tecnologia e uma cultura, uma tecnologia e uma psicologia. Segundo o autor é preciso evitar duas perspectivas ao encarar esta pergunta: o *determinismo tecnológico*, que concebe que a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico se autogeram e “geram” ou transformam o mundo, e a perspectiva que vê a *tecnologia como sintoma*, entendendo que a pesquisa e o desenvolvimento são autogerantes, mas neste caso de um modo periférico. Em ambos os casos, indica Williams, o risco é que a análise produza um isolamento da tecnologia.

Para responder nossa pergunta é preciso, então, compreender a intenção no processo de pesquisa e desenvolvimento de uma tecnologia e entender que os propósitos e práticas ligadas à ela estão vinculados diretamente com necessidades sociais históricas. A pergunta, aliás, aguça-se porque temos que levar em conta o lugar dessa necessidade numa determinada formação social. Ou seja, temos de perguntar à necessidade de qual setor social particular responde o desenvolvimento de uma tecnologia, como os outros setores sociais apropriam-se dela, quais usos não esperados duma tecnologia podem se dar, etc. E mais concretamente, perguntar quem promove os investimentos na televisão digital, que resultados esperam desse investimento, como será planejado (se há este planejamento), o acesso social a ela, etc.

Estas perguntas são fundamentais para entender os processos de produção e reprodução de diferenças e de desigualdades sociais num de seus momentos primeiros: aquele de desenvolvimento e distribuição de tecnologias de comunicação que são, ao mesmo tempo, tecnologias de conhecimento (Goody, 1985) e que constituem as condições e o enquadramento nos quais terá lugar o conjunto das relações sociais.

Para Conclusão:

Além das perguntas prospetivas sobre televisão digital e novas tecnologias da comunicação, assim como sobre as implicações sociais que estas possam ter, este artigo tentou fazer algumas proposições a respeito da presença atual da televisão na cotidianidade de nossas sociedades e da sua relação com os processos de produção e reprodução de diferenças e desigualdades. Achamos importante retornar a uma reflexão sobre a presença iniludível da televisão que, para bem ou para mal, faz parte da vida cotidiana das pessoas nas “sociedades complexas” assim como do que é comum chamar de “sociedades tradicionais”. Esta afirmação, que pode parecer óbvia, procura destacar um ponto central: compreender a cultura implica colocar-se não somente entre diálogos e contatos, mas também com superposições e zonas comuns de sentido e de experiências entre “a cultura mediática” e as “culturas

tradicionais”. O caso do “sequestro” mostrou que distintos grupos e setores sociais podem fazer uso da “cultura do espetáculo” e que podem fazê-lo porque participam de alguns aspectos dela. Nesse caso, a televisão tem colocado o marco e a “linguagem” com a qual discutir. Isto é, claro, um condicionamento importante, pois permite a alguns “tomar a palavra” melhor ou mais comodamente do que outros, e faz com que alguns temas ou problemas virem públicos mais facilmente do que outros, ou façam isso com uma determinada “forma” e não outra, e tudo isso tem efeitos sociais e políticos. Mas o que dito “sequestro” permitiu ver é que não são apenas os meios de comunicação os que *produzem* nesse processo. A lógica do espetáculo, que não é a única lógica com a qual a televisão trabalha, não é uma lógica na qual trabalha unicamente a televisão.

Que a televisão seja avaliada coletivamente nos conduz a levantar outro ponto: não existem meios de comunicação fora do conjunto de relações sociais fundamentais para a realização da sua produção, sua circulação e o seu consumo (e re-produção). Só partindo dessa premissa, que pressupõe que a televisão é moldada em usos diversos pelos públicos, é possível interpretá-la. Os membros das audiências vivem suas experiências cotidianas - incluindo aquelas onde parecem não atuar no seu caráter de audiência - com a presença constante da televisão que, como um fantasma, retorna persistentemente como tema, referência ou pretexto para os intercâmbios e a interlocução. As relações comerciais, de trabalho, intergeracionais, de parceria, de casal, etc. podem fazer e, de fato, geralmente fazem reenvios de “conteúdo” ou de “forma” à televisão. Cortam, colam e confeccionam quadros não (necessariamente) previstos.

Os meios estão presentes nos modos de fazer e estruturar valores, crenças, pertencimentos e exclusões. A televisão configura um espaço público no qual as pessoas e grupos podem intervir recorrendo aos seus próprios usos, os quais costumam não ser alheios à lógica televisiva. Por outro lado, uma multiplicidade de relações sociais é realizada com a televisão como referência muitas vezes central. Atualmente os meios estão ineludivelmente inseridos nas problemáticas da antropologia e não parece possível estudar “a cultura” nas sociedades contemporâneas se não lhes dedicamos suficiente atenção.

Bibliografia:

Appadurai, Arjun. *La modernidad desbordada*. México: Trilce-Fondo de Cultura Económica, 2001.

Barcellos, Daisy M. Violência racial e ofensa social: o ódio do outro e sua desqualificação. In: Fonseca, Claudia et al. *Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

- Caggiano**, Sergio. *Lo que no entra en el crisol. Inmigración boliviana, comunicación intercultural y procesos identitarios*. Buenos Aires: Prometeo, 2005.
- Goody**, Jack. *La domesticación del pensamiento salvaje*. Madrid: Akal, 1985.
- Grimson**, Alejandro. *Interculturalidad y comunicación*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2000.
- Geertz**, Clifford. *Os usos da diversidade*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, Ano 5, no. 10, p. 13-34, maio 1999.
- Leal**, O. F.. *A Leitura Social da Novela das Oito*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- Leite**, Ilka Boaventura (org.). *Laudos Periciais Antropológicos em Debate*. Florianópolis: Co-Edição NUER/ABA, 2005.
- Magalhães**, Nara. O Povo sabe Votar – uma visão antropológica. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- _____, _____. Estudos de recepção e o sentimento anti-EUA após o evento 11 de setembro. In: Antropologia e Cidadania, Centro Integrado de Cultura, Florianópolis, SC, 2001.
- _____, _____. Televisão, uma vilã na sociedade contemporânea: um estudo sobre os modos de ver (a) TV de pessoas pertencentes a grupos de camadas médias. Tese de doutorado. Florianópolis, PPGAS/UFSC, abril de 2004.
- Novaes**, Sylvia Caiuby. Jogo de Espelhos: Imagens da representação de Si Através dos Outros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- Ortner**, Sherry. “Introduction”, en Ortner, Sherry (ed.), *The fate of “culture”*. Geertz and beyond. Los Angeles: University of California Press, 1999.
- Rosaldo**, Renato. 1987. “Ideology, Place, and People without Culture”, en *Cultural Anthropology*.
- Ruby**, Jay. *The Viewer Viewed: The Reception of Ethnographic Films*. In: The construction of the Viewer. Intervention Press, 1995. (Acessado em: <http://www.temple.edu/anthro/ruby/viewer.html>, 1999)
- Segato**, Rita. “Identidades políticas/ alteridades históricas: una crítica a las certezas del pluralismo global”, en *Anuario Antropológico/97*, pp. 161-196, Río de Janeiro, 1997.
- Subirats**, Eduardo – *A cultura como espetáculo*. São Paulo: Nobel, 1989.
- Williams**, Raymond. *Television. Technology and cultural forms*. (Ederyn Williams, ed.). London: Routledge. (Traducción Gabriela Resnik), 1990.